

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

GIOVANNA CAPELLO REAL

MENSURAÇÃO DE VIÉS POLÍTICO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM
PSICOLOGIA

BAURU

2021

GIOVANNA CAPELLO REAL

MENSURAÇÃO DE VIÉS POLÍTICO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM
PSICOLOGIA

Monografia de Iniciação Científica apresentada ao Centro Universitário Sagrado Coração, como parte dos requisitos do Edital de Programas Institucionais de Iniciação Científica 2020/2021, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio Lourencetti.

BAURU
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R288m	<p>Real, Giovanna Capello</p> <p>Mensuração de viés político na produção científica em Psicologia / Giovanna Capello Real. -- 2021. 63f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Lourencetti</p> <p>Monografia (Iniciação Científica em Psicologia) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Psicologia Política. 2. Neutralidade científica. 3. Diretrizes políticas. 4. Ideologias políticas. 5. Compromisso profissional. I. Lourencetti, Luiz Antonio. II. Título.</p>
-------	--

“É preciso fazer proliferar uma outra sensibilidade, micropolítica, macropolítica, biopolítica, ecopolítica, cosmopolítica, dar nome aos bois, romper um consenso que nos quer abduzir a capacidade de pensar. Sim, fazer do pensamento uma conspiração cotidiana, uma insurgência indomável [...] Mas o poder não é um domínio absoluto, é uma relação de forças, sempre móvel, e assim comporta sua dose de jogo e margem de indeterminação - e portanto de reversibilidade.”

(Peter Pál Pelbart)

AGRADECIMENTOS

Penso que não seria possível denominar todos aqueles e aquelas que contribuíram para início e conclusão desta pesquisa, pois ela é o resultado dos anos de graduação, das escolas que frequentei e dos professores que tive o privilégio de conhecer e que despertaram em mim a capacidade do pensamento questionador, de analisar criticamente o contexto no qual estou inserida e buscar por soluções e formas de lutar e resistir diante do que nos causa indignação e desejo de transformação.

Por isso, agradeço também a minha família, minha mãe, Nidia Aparecida Capello Real, meu pai, Norton Canhestro Real, meu irmão Giuseppe Capello Real, meus tios, Nelson Canhestro Real Junior e em especial ao meu tio José Leonardo Capello, que desde o início forneceu condições que possibilitaram que eu tivesse uma formação acadêmica de qualidade, mas principalmente humana. Carrego comigo seus valores e a simbologia de cada um em minha vida, como grandes norteadores para minhas ações e modo de ser no mundo.

Agradeço a todas as minhas amigas e amigos, que acreditaram na minha capacidade para realizar essa pesquisa e finalmente materializar, ampliar, discutir, descobrir e produzir tantas reflexões que se fizeram presentes em inúmeras conversas.

Em especial a minha querida amiga, Alécia Rino Ferraz de Oliveira, que foi uma das grandes responsáveis por me incentivar a pesquisar e a produzir ciência, assim como por todo o apoio, conversas infinitas sobre os dilemas contemporâneos e nossa realidade contextual, mas também sobre nosso universo particular.

Ao professor e orientador Luiz Antonio Lourencetti que me estimulou, durante suas aulas, a produzir uma pesquisa que conseguisse demonstrar a importância do diálogo entre Psicologia e Política, assim como pelas orientações durante sua realização.

Ao PIBIC/CNPQ, agradeço pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim, dedico este trabalho a todos os sujeitos marginalizados e que sofrem com violências cotidianas, pois eles são uma das grandes motivações desta pesquisa, considerando o desejo de analisar e problematizar a realidade contextual brasileira no presente, com o objetivo de incentivar uma formação

profissional e acadêmica, e produção científica, que se comprometam com a realidade social e suas problemáticas, assim como com suas soluções.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar possíveis vieses e posicionamentos políticos nas produções científicas em Psicologia, através da revisão das publicações de dois periódicos científicos vinculados à Psicologia, sendo eles as revistas “Psicologia: Ciência e Profissão” e “Psicologia & Sociedade”. A busca foi feita na base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) – base de dados que indexa os dois periódicos –, utilizando-se como descritores “psicologia AND política”. Como critérios para a busca, as publicações deveriam estar em língua portuguesa e referentes ao período de 2017 a 2020, a fim de se obter uma margem mais atualizada das produções científicas. De longa data a perspectiva política da atuação do psicólogo, em seus diversos campos de atuação, vem sendo pautada em torno do compromisso ético-político da Psicologia com a Sociedade. O que se apresenta também nos periódicos, que expuseram problemáticas sociais atuais, em forma de denúncia, análise e problematização, amparando-se em conceitos como da Necropolítica e em autores como Michel Foucault, Achille Mbembe e Judith Butler. Discutindo as diversas formas de violência e processos de exclusão presentes na sociedade brasileira. Enfatizando o compromisso da Psicologia diante da transformação dessas realidades e atenuação do sofrimento e seus geradores. Valores e diretrizes estas ratificadas pelo Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: Psicologia Política. Neutralidade científica. Diretrizes políticas. Ideologias políticas. Compromisso profissional.

ABSTRACT

The research aimed to analyze possible biases and political positions in scientific production in Psychology, by reviewing the publications of two scientific journals linked to Psychology, namely the journals “Psicologia: Ciência e Profissão” and “Psicologia & Sociedade”. The search was carried out in the SciELO database (Scientific Electronic Library Online) – a database that indexes the two journals –, using “psychology AND politics” as descriptors. As search criteria, publications should be in Portuguese and from the period 2017 to 2020 to obtain a more up-to-date margin of scientific production. For a long time, the political perspective of the psychologist's performance, in its various fields of activity, has been based on the ethical-political commitment of Psychology to Society. This is also presented in journals, which exposed current social issues, in the form of denunciation, analysis, and problematization, based on concepts such as Necropolitics and authors such as Michel Foucault, Achille Mbembe, and Judith Butler. Discussing the various forms of violence and exclusion processes present in Brazilian society. Emphasizing the commitment of Psychology to transform these realities and alleviate suffering and its generators. Values and guidelines are ratified by the Code of Professional Ethics.

Keywords: Political Psychology. Scientific neutrality. Political guidelines. Political ideologies. Professional commitment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma da coleta e análise de dados.....	25
Figura 2 - Modelo de fichamento dos artigos.....	32
Figura 3 - Fluxograma da análise de dados com a construção da matriz de análise a partir dos dados obtidos nos fichamentos e consulta a literatura especializada, possibilitando realização da "Análise de Conciliação".....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Materiais que integraram a amostra final do estudo da Revista “Psicologia: Ciência e Profissão”	27
Quadro 2 - Materiais que integraram a amostra final do estudo da Revista “Psicologia e Sociedade”	31
Quadro 3 - Temáticas abordadas nos 24 artigos.....	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	12
2. MATERIAIS E MÉTODO	21
2.1 TIPO DE ESTUDO	21
2.2 FONTES DE DADOS	21
2.3 PROCEDIMENTOS	22
2.3.1 PRIMEIRA FASE	22
2.3.2 SEGUNDA FASE	32
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
3.1 LEVANTAMENTO E EXPOSIÇÃO DAS TEMÁTICAS	36
3.2 ANÁLISE DE CONCILIAÇÃO ENTRE OS ARTIGOS E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS: ESTABELECENDO APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Desde sua constituição como campo de atuação profissional, no final da década de 1960, a Psicologia tem questionado continuamente sua atuação e compromisso com a sociedade (BOCK, 1999). Os primeiros movimentos de atuação e aplicação da Psicologia em contexto social estiveram associados à diferenciação de indivíduos, através de aplicação de testes, pautando-se em pressupostos cognitivistas, tanto em escolas como em organizações.

Essa atuação passou a ser avaliada como segregacionista e, em alguns casos, discriminatória, o que acabou por garantir à Psicologia uma série de rótulos e estigmas que permanecem até os dias de hoje (BOCK, 1999). No contexto atual, permanece a insatisfação com o papel desempenhado pela Psicologia e visão desta como sendo servidora majoritariamente de grupos sociais privilegiados (LACERDA, 2013).

Porém, em meados da década de 1980, os psicólogos passaram a manifestar sua oposição quanto a essas práticas tidas como segregatórias e elitizadas, buscando a ampliação dos contextos de atuação, para além de um contexto clínico. Além disso, houve também o estabelecimento de um gradual compromisso da categoria para com a democratização do acesso e papel social do psicólogo (BOCK, 1999; HUR, 2012).

Esse movimento, deu início ao processo de avanço em função de um exercício profissional democrático, crítico e ético (BOCK, 1999), e demarca seu compromisso social e princípios fundamentais que, posteriormente, foram ratificados pelo Código de Ética do Profissional de Psicologia (CFP, 2005), aprovado pela Resolução CFP N° 010/05:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (CFP, 2005, p.7).

Conforme afirmado pelo Código de Ética Profissional, é impossível negar a realidade contextual (econômica, política e social) em que os sujeitos e profissionais da Psicologia estão imersos. Pois, se assim fosse feito, estar-se-ia negando e negligenciando demandas latentes e promotoras de sofrimento, enfatizando uma visão dicotômica do ser humano, como se a realidade material e social, não interferissem em esfera psicológica e subjetiva. Ou seja, negar as influências contextuais seria negligenciar aspectos da natureza biológica, psicológica e social inerentes a todos os seres humanos.

Nesse sentido, se evidencia que o compromisso do Psicólogo não deve ser em uma atuação centrada unicamente nos aspectos psicológicos do indivíduo. A restrição a esse espaço de atuação poderia levar a visões controversas de que a atuação clínica seria o único território de atuação cabível ao psicólogo, negando assim os limites sociais dessa atuação presa às paredes da clínica e o compromisso social com a manutenção e promoção de qualidade de vida aos sujeitos (BOCK, 1999). De forma geral, uma atuação centrada unicamente nos aspectos psicológicos poderia levar a uma compreensão parcial e limitada dos sujeitos e à eventual negligência das realidades em que eles estão inseridos.

Diante disso, se faz necessário um posicionamento ético-político por parte da Psicologia quanto à desvinculação de concepções naturalizantes dos fenômenos psicológicos, tão enraizadas em seu desenvolvimento como profissão e área de estudo. Tal posicionamento ocorre à medida que se passa a considerar os seres humanos como sendo produtos também dos contextos em que se inserem e não como o único responsável por sua realidade e construção pessoal.

Conforme afirmado pelo Código de Ética Profissional, é impossível negar a realidade contextual (econômica, política e social) em que os sujeitos e profissionais da Psicologia estão imersos. Pois, se assim fosse feito, estar-se-ia negando e negligenciando demandas latentes e promotoras de sofrimento, enfatizando uma

visão dicotômica do ser humano, como se a realidade material e social, não interferissem em esfera psicológica e subjetiva. Ou seja, negar as influências contextuais seria negligenciar aspectos da natureza biológica, psicológica e social inerentes a todos os seres humanos.

Essa visão demonstra uma intervenção que não se restringe à esfera individual, segundo um modelo curativo e remediativo, mas também compreende à realidade social, através de políticas de acesso à saúde e à educação que visam à manutenção da dignidade humana, com promoção e transformação de condições e qualidade de vida, sendo esses pressupostos alinhados com os compromissos éticos da Psicologia (BOCK, 1999; CANIATO, 2012).

A necessidade de se estudar e considerar a Política pela ótica da Psicologia, manifesta-se pelo impacto que mudanças a nível político exercem em esfera social e individual. Sendo assim, cabe à Psicologia o estudo do ser humano em suas múltiplas relações, em esfera psíquica e comportamental ou quais outras possibilidades foram possíveis, tendo como objetivos a promoção de saúde e a minimização do sofrimento. Negar os impactos e influências políticas em esfera individual e social, seria negligenciar também seu objeto de estudo e compromisso ético (CANIATO, 2012).

Sendo necessário destacar qual a compreensão de “política” está sendo adotada na presente pesquisa, tendo em vista os variados sentidos que podem ser atribuídos a ela. Destacando um deles como aquele que lhe confere a conotação de política como uma diretriz ou princípio que norteará e servirá de orientação para a tomada de determinadas ações e decisões (FREY, 1999; SECCHI, 2017). Ou aquele referente à organização e estrutura do sistema político-administrativo envolvendo esferas de governo, instituições, hierarquias, funções, entre outros aspectos que caracterizam um sistema político e de governo (FREY, 1999; SECCHI, 2017).

Mas também, o sentido que foi escolhido e adotado para o presente trabalho, sendo este o de política como relação de Poder, ou seja, o meio pelo qual será estabelecido um jogo de influências e ações para que seja obtida a consequência desejada. Envolvendo, por assim dizer, disputas de poder, controle e influência buscando atingir o objetivo final e desejado. Sendo o poder compreendido aqui, muito bem definido por Bobbio (1998, p.954), como sendo a

[...] posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados". O poder político pertence à

categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza.

Compreendendo assim, a partir das exposições de Bobbio (1998) as múltiplas esferas desse poder através do qual se exerce influência e controle, sustentando muitas vezes lógicas binárias e desiguais entre aqueles que detêm dinheiro, controle de informações, acesso, influência, e por assim dizer, privilégios ou atributos que os favorecem. Em detrimento daqueles que não detêm os mesmos recursos, como o saber, as condições, dinheiro, influência e entre outros aspectos que os colocam em uma posição de desprivilégio, neste contexto e relação, que se estrutura na disputa, utilizando os recursos que lhe são dispostos, para se atingir o objetivo, manutenção, controle, influência e o fim que se almeja.

Como o que traz Thomas Lemke (2004 citado por HILÁRIO, 2016, p.199) que compreende o “[...] poder não em torno do seu conceito jurídico ou do consenso/contrato, mas sim um sistema social em cuja base está a guerra [...] uma forma particular e definida de colisões momentâneas [...]”.

O que faz referência às compreensões foucaultianas sobre o Poder, não enquanto posse do Estado ou de alguma classe, mas sim, como algo que está difundido e capilarizado na sociedade, através de instituições, saberes, discursos, entre outros. Ou seja, o poder, principalmente aquele exercido sobre as vidas, o qual Foucault denominou como “Biopoder”, exercerá controle sobre a vida, através de sua difusão nas práticas sociais e que irão disciplinar a ação humana, em prol de sua manutenção (HILÁRIO, 2016).

Sendo este o olhar adotado durante a realização da leitura dos artigos, compreendendo-a enquanto práxis que exerce impacto direto em contextos sociais, e se tornando integrante de todo esse jogo e arena política repleta de múltiplos atores e configurações. Desde o momento que lê essa realidade, até o momento que intervêm sobre ela.

Entendendo que "Política refere-se às práticas de gestão da vida no espaço da *polis*, da cidade [...] às relações incessantes de poder e de forças que são exercidas a todo momento nos espaços sociais e que têm como finalidade a gestão da vida" (HUR; LACERDA, 2017b, p.3). Se tornando nítidos os impactos das ações dos psicólogos, enquanto sujeitos ativos e promotores de transformação psicossocial e, portanto, agentes políticos.

Seja essa atuação em contextos clínicos ou em instituições. O papel político se manifesta em ambos, pois o profissional atua, com seus instrumentos, técnicas e saberes, a partir de uma ideologia que o orienta e promovendo assim, um impacto social.

Revela-se, portanto, a importância de um maior posicionamento crítico e reflexivo por parte deste profissional, a ponto de se questionar a qual parcela da população seus esforços também são voltados, como por exemplo, minorias sociais, população de baixa renda, etc. Refletindo se suas práticas promovem a emancipação ou a normatização e relações democráticas ou autoritárias. Como exposto e defendido por Hur e Lacerda (2017), Lionço (2017), Bock (1999) e Martin-Baró (2013).

Segundo Hur e Lacerda (2017), até mesmo o Conselho Regional de Psicologia chegou a conclusão que

[...] suas práticas não devem ficar restritas à normatização do exercício profissional e das técnicas psicológicas. Também devem atingir as questões sociais e políticas do país, tendo em vista a luta pela democratização dos processos sociais e políticos (HUR; LACERDA, 2017, p.3).

Visto seu histórico de “convivência” com modelos individualizantes e patologizantes, exclusivos de uma esfera subjetiva abstrata, passou então a se mobilizar em defesa à democracia, do respeito aos direitos e dignidade humana. Atuando em conjunto com mobilizações populares, passou a lutar por eleições diretas e pela participação na elaboração de uma nova constituição, que seria a Constituição Cidadã de 1988 (HUR; 2012) e atualmente luta pelo direito das mulheres, população LGBTQIA+, população negra e pelo respeito aos princípios democráticos, de igualdade e respeito à dignidade humana, defendendo a laicidade como um dos compromissos da profissão, a fim de se promover a diversidade de manifestações de singularidades, para além de um olhar composto por julgamentos morais (LIONÇO, 2017).

A perspectiva de atuação da Psicologia no Brasil, respaldada pelo Código de Ética Profissional (CFP, 2005), se faz sob um viés científico. Nesse sentido, a discussão sobre o compromisso político da Ciência Psicológica não se faz independente dos questionamentos e discussões relacionadas às perspectivas da neutralidade científica.

Segundo a perspectiva Neopositivista, demonstra-se clara a ideia de que para se produzir ciência, a neutralidade e abstenção de valores pessoais por parte do

pesquisador é essencial. Porém, no estudo da Psicologia, no qual o pesquisador se vê refletido em seu objeto de pesquisa, essa imparcialidade é questionável (JAPIASSU, 1983). Dentre os pontos de questionamento estão a dificuldade de definição de objeto de estudo único, além de fatores como a própria linha de interesse e área que ele escolhe estudar (JAPIASSU, 1983).

Considerando que as perspectivas tomadas pelo pesquisador (psicólogo) advêm de seu posicionamento social e pessoal, entende-se que para a obtenção da objetividade, o aprendizado de uma melhor lida com a parcialidade e limitação, se dá a partir da identificação de onde as mesmas se manifestam e não na negação dessas influências (LACERDA, 2013).

As proposições do “anarquismo epistemológico” do filósofo austríaco Paul Feyerabend, através das exposições feitas por Rocha (2017), expõe ideias de que a ciência não se reduz a conclusões tiradas sobre fatos nus, mas também, de interpretações, erros, perspectivas, problematizações advindas de questionamentos, formas de compreensão, exposições e muitas outras variáveis que englobam o procedimento ou à prática científica.

Sendo assim, ressaltados os limites da prática e até a “legitimação” dessa violação, ao ponto que visa não limitar as descobertas científicas a um teor ou rigor metodológico único e áureo, que muitas vezes pode restringir a capacidade de investigação e obtenção de novos dados e conhecimentos.

Porém, destaca-se que essa perspectiva epistemológica não defende um descompromisso científico, mas sim, uma ampliação das margens e limites da prática, citando como exemplo a “Revolução Copernicana”, que representa “[...] a hipótese de que a Terra gira em torno do Sol” (DAMASIO, 2011, p. 3602-1). Essa hipótese surgiu, como muitas outras, por uma violação às regras metodológicas concebidas como sendo as únicas viáveis, do que era tido como possível ou até mesmo, por uma violação involuntária das mesmas, mas que promoveram progresso no que tange as descobertas científicas e que conseqüentemente impactam no desenvolvimento social, ressaltando assim a possibilidade e relevância do pluralismo metodológico (ROCHA, 2017).

Sendo possível discutir, portanto, a influência Política na produção científica, como é exposto no trecho de Costa e Prado (2016):

Qualquer conhecimento, inclusive o científico, é situado social e historicamente, sendo a política entendida como constitutiva da produção

científica, pois os fenômenos sociais são construídos analiticamente em um campo de disputa pela concepção da realidade. Essa disputa não é ingênua, é orientada eticamente pela afirmação de um imaginário social, vinculando teoria e prática (p. 216).

Considerando, portanto, o impacto de um posicionamento ou viés político na Psicologia, enquanto sua atuação na sociedade, denota-se a importância de um resgate histórico. Remontando ao Período Colonial, como exposto por Hur (2012), no qual os tidos “saberes psicológicos” foram utilizados na catequização e colonização de povos indígenas, segundo os moldes europeus. Ou seja, caracterizaram instrumento de controle, disciplinarização e supressão de uma cultura em prol de outra. Expondo assim como os saberes e instrumentos de uma área do conhecimento tem impacto social e, portanto, político. Seja ele de forma positiva, no sentido de promover alívio de sofrimento e saúde ou provocar danos e sofrimento (HUR, 2012, p.71).

Adentrando a realidade do atual contexto brasileiro, nota-se um aumento das manifestações tidas como “conservadoras”, tanto na esfera social, quanto na política. Podendo ser visualizada através do fundamentalismo religioso, crescente na arena política brasileira e nas discussões parlamentares, que manifestam discursos que atacam princípios da liberdade pessoal e dignidade humana. Através de falas e posicionamentos que defendem a “[...] criminalização dos movimentos sociais e incitação do ódio contra ativistas feministas e LGBT.” (LIONÇO, 2017, p. 212). Com pressupostos de que estes representariam uma afronta e desrespeito a moral da sociedade.

Visão esta elucidada por teóricos como Michel Foucault e Judith Butler, em suas conceituações sobre as relações de poder, sujeitos desviantes ou anormais, e portanto, discutindo as tentativas de controle e delimitação de como vidas deveriam ser vividas e quais corpos deveriam continuar existindo (CEZAR, 2020).

Compreendendo o que Foucault apresenta em sua obra *Vigiar e Punir*, na qual destaca a atualização do Poder Soberano, caracterizado pelo extermínio explícito e imediato dos sujeitos, através do poder de morte, para o regime de Poder Disciplinar, que visa o constante controle e domínio sobre os corpos, sob a lógica da ameaça. Fomentando discursos e práticas que sustentam o sentimento do medo pela constante vigilância, pautados em compreensões normativas que visam coagir e corrigir aqueles que desviam da norma, admitindo uma gestão calculista da vida e de poder sobre ela: a produção da vida legitimada pela norma (CEZAR, 2020; HILÁRIO, 2016).

Sustentando o que Foucault denomina como “sociedade disciplinar”, ou seja, uma sociedade submetida a um constante olhar vigilante que visa produzir sujeitos úteis financeiramente e dóceis politicamente, para que assim façam parte do corpo social ideal e não desviem da norma estipulada, para que assim a coesão social seja mantida (HILÁRIO, 2016).

Torna-se perceptível os impactos que posicionamentos, voltados para a busca do enquadramento em normas estipuladas como ideais e que se aproximam de posicionamentos conservadores - visto o princípio de conservação que próprio nome já expõe (COUTINHO, 2014) - têm sobre a sociedade e, portanto, sobre a atuação e papel da Psicologia. O qual é salientado através do Código de Ética do Profissional de Psicologia, seu compromisso para com a “eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CFP, 2005, p.7).

Porém, por outro lado, Lionço (2017, p.214), manifesta os impactos da Psicologia quando comprometida com princípios democráticos e de liberdade individual,

A Resolução CFP no 01/1999 (CFP, 1999) veda a patologização e tratamentos de reversão da orientação sexual, bem como a Resolução CFP no 018/2002 (CFP, 2002), que correlativamente afirma a proibição do racismo no exercício profissional, incluindo práticas de conivência com a veiculação de representações de patologização e inferiorização de pessoas negras, suas tradições e práticas culturais e/ou religiosas.

Caracterizando assim medidas e posturas consideradas “progressistas”, pautadas na defesa da democracia e no que tange ao âmbito do respeito às liberdades individuais. Alinhadas ao compromisso social, levantado após a década de 1990 pela Psicologia, que visa à promoção de saúde, através da defesa da dignidade humana e respeito para com as individualidades. Assim como na defesa de condições dignas de existência, da liberdade de culto e sexual, para além de estigmas e estereótipos historicamente estabelecidos na sociedade e que atentam contra a sobrevivência e liberdade de tais sujeitos.

Destaca-se, portanto, a necessidade de que sejam reconhecidos os processos de violência instaurados na realidade contextual brasileira e que podem ser analisados através de perspectivas como do filósofo Achille Mbembe, possibilita uma análise crítica que elucida o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social por meio da queda dos direitos individuais e políticos, assim como pela estipulação das vidas que

não possuem utilidade para o modo de produção capitalista, ou seja, os corpos supérfluos e, portanto, descartáveis (HILÁRIO, 2016).

Realidade esta que se apresenta no cotidiano brasileiro, mas para além dos “muros da clínica” e a maioria de seus frequentadores e consumidores. Mas enquanto realidade palpável e material que se reproduz e afeta de modo mais enfático as populações consideradas matáveis, periféricas e excluídas do modo de produção capitalista enquanto forças de trabalho possíveis, por não apresentarem utilidade nessa lógica e em seus requisitos. Sendo expulsos para as periferias da cidade, como no mercado informal e precário, culminando em sua exposição a uma série de vulnerabilidades, violências e lógicas de subsistência e luta pela sobrevivência, sustentada por um Estado que as negligencia (BARROS, BENÍCIO, BICALHO, 2019; HILÁRIO, 2016).

Compreendendo enquanto o conceito de Necropolítica desenvolvido pelo autor, como justamente esse processo que “ultrapassa” a compreensão foucaultiana de Biopoder, ou seja, poder sobre a vida, mas que elucida o processo de política de morte implementado e que está em curso na realidade brasileira, que determina quais vidas devem morrer e quais devem viver (BONTEMPO, 2020).

Diante do exposto, são feitos alguns questionamentos como linha de base para futuras análises e que objetivam ser contemplados a partir do desenvolvimento desta pesquisa: Como tem sido o posicionamento da Psicologia, considerando os atuais problemas sociopolíticos e seus impactos em nível de sofrimento pessoal e coletivo, tanto no que concerne à saúde mental, mas também em nível de condições de vida. Há nas publicações científicas brasileiras em Psicologia a adoção de posições que atendam à neutralidade científica? Quais as características do viés político adotado pelos trabalhos científicos no campo da psicologia? Como e de que maneira se expressa o discurso político em publicações científicas no campo da Psicologia?

A pesquisa teve como objetivo geral analisar e explorar a produção científica recente de dois periódicos de Psicologia e identificar como se manifestam vieses políticos e ideológicos. Assim como, os objetivos específicos, consistiam em identificar e categorizar os artigos presentes nas revistas de acordo com as temáticas apresentadas; realizar levantamento dos teóricos e conceitos utilizados para analisar a realidade, problemática ou temática exposta e os argumentos e defesas realizadas; produzir uma análise exploratória dos artigos, a partir de uma “análise de conciliação”,

entre os conteúdos obtidos através do levantamento e os vieses ou diretriz política que pôde ser destacada, estabelecendo assim uma aproximação;

2. MATERIAIS E MÉTODO

2.1 TIPO DE ESTUDO

Este estudo desenvolve-se enquanto uma proposta de natureza exploratória (GIL, 2002), tendo em vista que objetiva obter uma visão geral e ampliação dos conhecimentos e a compreensão sobre os vieses e posicionamentos políticos em publicações na área da Psicologia. Para tanto, foi adotada uma estratégia de pesquisa documental (GIL, 2002), com abordagem qualitativa (GIL, 2002), desenvolvida a partir de uma revisão de literatura que foi dividida em duas fases, com cinco etapas de análise. A opção por delinear o estudo em duas fases de estudo se deu por decisão e recurso metodológico, em função de a primeira fase consistir em, basicamente, uma etapa de rastreio, identificação e seleção da literatura, enquanto a segunda fase contempla as etapas de análise crítica e qualitativa dos materiais identificados.

2.2 FONTES DE DADOS

A revisão de literatura que possibilitou a identificação dos materiais alvo de análise neste estudo, foi conduzida na base de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), sendo identificadas publicações científicas dos periódicos “Psicologia: Ciência e Profissão”, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), e “Psicologia & Sociedade” que representa o veículo de divulgação científica da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), entre os anos de 2017 e 2020.

2.3 PROCEDIMENTOS

2.3.1 PRIMEIRA FASE

A **primeira fase e etapa** do estudo, corresponde a busca inicial empreendida na base de dados SciELO. Nessa etapa, foram utilizados os descritores “psicologia AND política” e como critérios para a busca, foram escolhidos dois periódicos brasileiros, redigidos, portanto, na língua portuguesa, e referente ao período de 2017 a 2020, a fim de se obter uma margem mais atualizada das produções científicas de Psicologia.

Para a seleção dos materiais a serem analisados, foram escolhidos dois periódicos científicos da área de Psicologia e indexados no SciELO, sendo um deles, a revista “Psicologia: Ciência e Profissão”, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), e a outra, “Psicologia & Sociedade”, que representa o veículo de divulgação científica da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Totalizando 88 artigos, que foram submetidos a **segunda etapa** da triagem, onde foram selecionados, a partir dos critérios de inclusão no escopo de análise, todos os volumes que contivessem “política” e “psicologia” no título ou palavras-chave ou resumo. Obtendo 47 artigos incluídos e 41 excluídos.

Seguindo para a **terceira etapa** da triagem, realizando a leitura dos resumos para averiguação se os mesmos seguiam e observavam os critérios de inclusão, ou seja, se apresentavam discussões que envolviam política e Psicologia, por assim dizer, se realizavam uma leitura crítica da atuação do psicólogo e dos compromissos da Psicologia ratificados pelo Código de Ética, se apresentavam o olhar da Psicologia para temáticas ou problemáticas atuais, como pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou populações consideradas “minorias sociais”, como a população negra, pessoas em situação de rua e até mesmo que abordassem temáticas sobre questões de gênero, incluindo assim, mulheres, Feminismo e população LGBTQIA+.

Construindo os critérios de inclusão a partir dos pressupostos presentes no Código de Ética Profissional do Psicólogo, ou seja, para se analisar como a Psicologia está se relacionando com a política, seja na esfera daquela que apresenta um impacto no “jogo político”, mas também aquela que se insere em um contexto político. Foi estabelecido como um dos critérios, artigos que abordassem de forma crítica a atuação do psicólogo, para que fosse possível coletar qual o tipo de olhar, postura e

argumentação foi adotada para se abordar problemáticas sociais, realidades contextuais e atuação profissional. Assim como, aqueles que abordassem ou levantassem os compromissos da Psicologia, e por assim dizer, seus deveres e papel social.

Expondo, portanto, trechos do Código de Ética do Psicólogo (2005, p.9), para se dar sustentação a escolha dos critérios, nos quais são expostos, como no Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo que ao psicólogo é proibido

a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

Mas também, suas responsabilidades (p.8),

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

Assim como seus Princípios fundamentais (p. 7),

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

Dessa forma demonstra-se a relevância de se observar se os pesquisadores da ciência psicológica estão adotando em seus trabalhos uma postura e olhar crítico para essa atuação. Considerando que da mesma forma que o psicólogo não deve ser conivente com determinadas práticas e condutas ratificadas pelo Código de Ética, que lhe orienta sobre seus compromissos e o que lhe é vedado praticar, questiona-se o quanto certa neutralidade ou negação de uma leitura mais crítica da realidade e de sua ação no mundo, são condizentes com o Código norteador da profissão.

Incluindo assim como mais um critério, artigos que abordassem temáticas, problemáticas ou realidades que envolvessem grupos minoritários e vulneráveis, haja vista a posição de maior fragilidade dos mesmos. Sendo estes caracterizados, segundo Carmo (2016), pela vulnerabilidade jurídico-social, ou seja, pela ausência de um maior amparo e segurança por políticas públicas. Com a identidade caracterizada por um constante processo de formação e recomeço, travando uma constante luta

contra-hegemônica, buscando reduzir esse poder hegemônico através de estratégias de reivindicações, como discursos e ações demonstrativas, como passeatas.

Por isso optou-se por identificar se nos artigos eram trabalhadas essas temáticas, visto que são caras à Ética do Profissional da Psicologia e podem fornecer informações e estabelecer relações com a realidade contextual e política. Demonstrando como a Psicologia responde e aborda determinadas questões, quais são as teorias e argumentações utilizadas, e como esses posicionamentos podem ou não se vincular a ideologias ou diretrizes políticas, ou melhor dizendo, em qual grau se vinculam e a quais.

Sendo realizada a leitura prioritariamente do resumo, e nos casos em que percebeu-se certa dificuldade em notar o que estava sendo abordado no artigo, foi realizada a leitura das considerações finais, e se ainda necessário, dos objetivos, para que fosse obtida uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido.

Onde aqueles que obedeciam a esses critérios foram incluídos no escopo de análise e aqueles que não abordavam não foram incluídos. Assim como, aqueles que não apresentavam estruturação ou formatação de artigo, eram de cunho biográfico ou não apresentavam suas ideias e conteúdo com clareza.

Sendo realizada na **quarta etapa** uma leitura completa através da elaboração de fichamentos, onde foram descritas a(s) temática(s), população foco, problema/pergunta da pesquisa, objetivos, argumentações e/ou frases que expusessem críticas, compromisso político e o que defendia, posicionamentos político-ideológico, críticas, autores e teorias utilizadas, método e análise crítica pessoal do pesquisador.

Na **quinta etapa** foi feito o levantamento das temáticas prevalentes ou principais dos artigos lidos e foram elaboradas categorias destas, realizando a categorização e agrupamento a partir de temas semelhantes.

Foram criadas 6 temáticas principais e 16 sub-temas, sendo eles: População Vulnerável (Mulheres, população LGBTQIA+, Indígenas, Negros, Presos); Amplitude do estudo (Microanálise e/ou Macroanálise, Projeto Social/Comunitário); Esfera de valores ou pressupostos da Psicologia (Compromisso da Psicologia, Atuação dos Psicólogos e Laicidade); Aspectos históricos (Ditadura e Historicidade da Psicologia); Pandemia/COVID-19; Políticas públicas (CAPS, CRAS, NASF).

A representação gráfica das etapas constituintes da primeira fase está apresentada no fluxograma presente na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Fluxograma da coleta e análise de dados

1ª fase: Coleta e análise de dados.**1ª etapa:**

Busca por “psicologia AND política” nos periódicos “Psicologia & Sociedade” e “Psicologia: Ciência e Profissão” no Scielo

Critérios:

Língua portuguesa e produções brasileiras

Anos de 2017, 2018, 2019 e 2020

88 artigos

2ª etapa:

Artigos triados e incluídos a partir das palavras “psicologia” e “política” presentes no título e/ou resumo e/ou palavras-chave

47 artigos

Artigos excluídos pela não observância ao critério das palavras “psicologia” e “política” no título e/ou resumo e/ou palavras-chave

41 artigos

3ª etapa:

Artigos triados e incluídos a partir da observância aos critérios de inclusão

25 artigos

Artigos triados e excluídos a partir da não observância aos critérios de inclusão

22 artigos



Fonte: elaborado pela autora.

No Quadro 1, a seguir, estão identificados 24 artigos que foram alvo de leitura completa na **quarta etapa da primeira fase** e que passaram por fichamento para posteriormente integrar a amostra final do estudo.

Quadro 1 – Materiais que integraram a amostra final do estudo da Revista “Psicologia: Ciência e Profissão”

AUTORES	ANO	TÍTULO	OBJETIVOS
VIEIRA, E. da S, et al.	2019	PSICOLOGIA E POLÍTICAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS: ENCRUZILHADAS, DISPUTAS E POROSIDADES	Estabelecer uma reflexão sobre algumas fronteiras que atravessam a Psicologia quando posta em contato com as demandas dos segmentos trans e com a operacionalização de políticas de saúde para este segmento.
CASSAL, L. C. B; BELLO, H. L.; BICALHO, P. P. G.	2019	ENFRENTAMENTO À LGBTIFOBIA, AFIRMAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL: 20 ANOS DA RESOLUÇÃO CFP Nº 01/1999	Discussão sobre como a Resolução nº 01/1999 foi objeto de debate legislativo e esteve cerceada pelo judiciário, buscando entender o objetivo de tentativas que tentaram barrar esses avanços; Debate sobre os desafios e possibilidades para posicionamento ético do exercício profissional da Psicologia com homossexualidades em diferentes campos de atuação de forma a enfrentar as patologizações; Discussão sobre a votação do Supremo Tribunal Federal sobre a criminalização da LGBTIfobia a partir da criminologia crítica, em diálogo com os efeitos da Resolução nº 01/1999.
MARTINS, E. C et al.	2019	CINEMA PERTO DA GENTE: ARTE COMO ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS	Relatar a experiência do projeto Cinema Perto da Gente, que envolve as comunidades atendidas por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado em Santos/SP. Procurando refletir sobre como a Psicologia, entendida como ciência e profissão, pode contribuir com seus aportes sobre a dimensão subjetiva, por meio da escuta do sofrimento sociopolítico, e como os materiais audiovisuais contribuem com este trabalho de acolhimento e construção de estratégias de enfrentamento de

			situações sociais críticas por parte dos sujeitos a elas submetidas.
GALEANO, G. B; GUARESCHI, N. M. F.; SCISLESKI, A. C. C.	2019	POLÍTICAS DE PESQUISA E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE ACIRRAMENTO DOS PROCESSOS DE VIOLÊNCIA	Utilização dos estudos de Hannah Arendt, Walter Benjamin e Giorgio Agamben para problematizar a Psicologia e as demandas que lhe são dirigidas em termos de empreender a produção de estratégias contra práticas violentas que tem crescido no contexto brasileiro contemporâneo. Primeiramente, discutindo como a Psicologia aborda questões relacionadas ao cotidiano no que tange a produção de conhecimento; Segundo, considera os movimentos realizados por diversos grupos em todo o Brasil sob a hashtag “#elenão”; Terceiro, focaliza o período após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, quando o espaço público foi usado para dialogar sobre as propostas presidenciais dos candidatos para o segundo turno.
MARQUES, C. F; ROBERTO, N. L. B; GONÇALVES, H. S. BERNARDES, A. G.	2019	O QUE SIGNIFICA O DESMONTE? DESMONTE DO QUE E PARA QUEM?	Discutir o desmantelamento das políticas públicas, em específico, das políticas de saúde e da assistência social.
OLIVEIRA, E. C. S et al.	2019	RAÇA E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL	Estabelecimento de reflexões acerca das políticas públicas de Assistência Social e como as interfaces raça, racismo e branquitude emergem na produção de conhecimento.
VASCONCELOS, F. G.; ALESSIO, R. L. S.	2019	CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE PSICÓLOGOS EM NASF: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL	Analisar a construção de identidades profissionais de psicólogos no contexto de atuação em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), a partir da dimensão identitária das representações profissionais.

ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A.	2019	UMA ANÁLISE HISTÓRICA DA RESOLUÇÃO Nº 01/1999 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: 20 ANOS DE RESISTÊNCIA À PATOLOGIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE	Analisar a história da Resolução no 01/99, desde sua proposição aos dias atuais, abarcando fundamentalmente o período de 1998 a 2019. A partir de um levantamento documental e de uma perspectiva analítico-discursiva, buscamos descrever os eventos, os conflitos e os sentidos produzidos em seu entorno, traçando também alguns pontos de análise sobre as suas reverberações sociais e político-institucionais.
BICALHO, P. P. G.; VIEIRA, E. S.	2018	DIREITOS HUMANOS E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: INDISSOCIABILIDADE DO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	Analisar a dimensão dialógica do ato de avaliar a partir da perspectiva de produção mútua: do que (ou de quem) avalia e o que (ou quem) é avaliado. Para assim apresentar reflexões acerca da indissociabilidade entre direitos humanos e avaliação psicológica.
LIMA, A.; ALVARENGA FILHO, J. R.	2018	A POTÊNCIA DO CUIDADO: UMA EXPERIÊNCIA NO SISTEMA PRISIONAL DE PERNAMBUCO	Investigar a dinâmica de funcionamento do sistema prisional de Pernambuco.
SANTOS, L. S.; BEIRAS, A.; ENDERLE, C. M.	2018	VIOLÊNCIA DE ESTADO, JUVENTUDES E SUBJETIVIDADES: EXPERIÊNCIAS EM UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA	Refletir sobre os processos de subjetivação de jovens considerados em conflito com a lei, baseado nas discussões de Judith Butler acerca da violência normativa.
BENICIO, L. F. S et al.	2018	NECROPOLÍTICA E PESQUISA-INTERVENÇÃO SOBRE HOMICÍDIOS DE ADOLESCENTES E JOVENS EM FORTALEZA, CE	Analisar psicossocialmente a problemática dos homicídios de adolescentes e jovens em Fortaleza, sob a perspectiva de adolescentes e jovens inseridos em territorialidades periferizadas da capital cearense, bem como de profissionais de políticas sociais que trabalham com tais segmentos.
RIBEIRO, F. M.; GUZZO, R. S. L.	2017	CONSCIÊNCIA DE ESTUDANTES PROUNISTAS SOBRE SUA INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	Analisar a consciência de bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni), partindo da compreensão apresentada por eles sobre sua inserção e vivência na graduação.

RIOS, R. R et al.	2017	LAICIDADE E CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: DINÂMICA INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL EM PERSPECTIVA JURÍDICA	Busca examinar os fundamentos e o modelo da laicidade constitucional no Brasil e refletir sobre as consequências desse modelo para a vida institucional e a fiscalização profissional do CFP.
MARTINS, E et al.	2017	PSICOLOGIA E DEMOCRACIA EM UM CENÁRIO DE CIDADE COMO CAMPO EM DISPUTA	Analisar e discutir os efeitos de uma disputa sócio-histórica de classes. Além de elaborar formas de resistência e de superação das desigualdades que marcam a experiência humana na realidade social brasileira.
HUR, D. U.; LACERDA JUNIOR, F.	2017	DITADURA E INSURGÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E RESISTÊNCIA ARMADA	Analisar como a luta insurgente contra o terrorismo de Estado na América Latina mudou a Psicologia e as formas de participação política.
LIONCO, T.	2017	PSICOLOGIA, DEMOCRACIA E LAICIDADE EM TEMPOS DE FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NO BRASIL	Evidenciar as contradições nas relações estabelecidas pela Psicologia com a defesa da laicidade e também com o fundamentalismo religioso.
FURLAN, V.	2017	PSICOLOGIA E A POLÍTICA DE DIREITOS: PERCURSOS DE UMA RELAÇÃO	Discutir passagens acerca da relação da Psicologia com a Política dos Direitos nos períodos da ditadura civil-militar e da atualidade. Assim como, discorrer sobre algumas práticas da Psicologia enquanto profissão e de suas entidades representativas, como o Sistema Conselhos de Psicologia e o Sindicato dos Psicólogos.
SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V.	2017	A PSICOLOGIA E O DISCURSO RACIAL SOBRE O NEGRO: DO “OBJETO DA CIÊNCIA” AO SUJEITO POLÍTICO	Discutir como um conjunto de ideias e práticas acadêmicas, institucionais e sociais foram elaboradas na imbricação entre a temática racial brasileira e a constituição de investigações e explicações psicológicas sobre a sociedade brasileira e seu funcionamento racializado.

JARDIM, L. E. F.	2017	PSICOLOGIA SOCIAL E PESQUISA COM MEMÓRIA: MÉTODO E REPARAÇÃO DE DANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR	Apresentar uma possibilidade metodológica de pesquisa com memória com base na Psicologia Social e levantar possibilidades de reparação e elaboração que este trabalho com a memória possa oferecer.
------------------	------	---	---

Quadro 2 - Materiais que integraram a amostra final do estudo da Revista “Psicologia e Sociedade”

AUTORES	ANO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL
COSTA, F. A.; PRADO, M. A. M.	2017	ARTIMANHAS DA HEGEMONIA: OBSTÁCULOS À RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL	Objetiva-se, a partir do diálogo entre a Teoria Democrática Radical e Plural - desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - e posicionamentos de representantes de diferentes grupos de movimentos sociais brasileiros, discutir dois modos de resistência da hegemonia a alternativas de democratização da sociedade.
MENDONÇA, V.	2020	GRAFITES QUE (CONTRA) DIZEM: GÊNEROS E SEXUALIDADES NA POLIFONIA DA CENA URBANA	Analisar a comunicação discursiva de grafites urbanos sobre mulheres, feminismos, gênero e sexualidade que foram inscritos em vias de circulação e construções públicas e privadas.
RASERA, E. F.	2020	CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: CONFLITO, DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO	Descrever propostas de trabalho comunitário construcionistas e analisar o uso do discurso construcionista e os desafios enfrentados.
SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R.	2020	O PARADOXO DO ISOLAMENTO NA PANDEMIA SEGUNDO O POVO INDÍGENA SATERÉ-MAWÉ/AM	Analisar e aprofundar interpretações acerca da relação entre desigualdade e pandemia em dimensão psicossocial, com foco no isolamento enquanto questão emblemática para indígenas Sateré- Mawé, do Amazonas, e nos afetos como categoria analítica.

Fonte: elaborado pela autora

A Figura 2, a seguir, apresenta o modelo de tabela de fichamento dos artigos selecionados para análise.

Figura 2 - Modelo de fichamento dos artigos

Nome do artigo	
Referência	<input type="text"/>
Tema	
População foco	
Problema/ Pergunta da pesquisa	
Objetivos	
Argumentações ou frases/citações que expõem críticas	
Compromisso político/ O que defende	
Há um posicionamento político-ideológico explícito?	
Apreciação/ análise crítica pessoal do pesquisador	
Autor/teoria	
Método	

Fonte: elaborada pela autora.

2.3.2 SEGUNDA FASE

Na **primeira etapa da segunda fase** foi feita a consulta aos fichamentos a fim de analisar os elementos trazidos e já destacados anteriormente (argumentos, teoria, autor, posicionamentos, etc.) e suas possíveis aproximações com alguma diretriz ou ideologia política.

Consultando materiais especializados, sobre ideologias políticas, para que fosse possível reunir suas características principais ou pressupostos fundamentais. Salientando que, foram consultadas tanto as ideologias que se aproximavam dos

elementos trazidos nos artigos, mas também, das que não se aproximavam, a fim de se compreender em quais pontos elas mais se distanciavam.

Essa fase se deu através da leitura de literatura especializada sobre algumas das ideologias e posicionamentos políticos existentes, destacando a linha de pensamento admitida, princípios e valores norteadores, características fundamentais, assim como suas pautas e compromissos políticos.

Sendo realizada, na **segunda etapa, da segunda fase**, uma “Análise de Conciliação” através da análise e conversação dos elementos destacados nos artigos (temática, discussão, problematização, argumentação, referencial teórico escolhido e conceitos utilizados) e as características principais das ideologias e diretrizes políticas consultadas.

Partindo da noção de que o presente estudo configura-se como exploratório, no sentido de que, não foram encontradas produções brasileiras semelhantes no que concerne a análise do teor ideológico presente nas produções científicas de Psicologia.

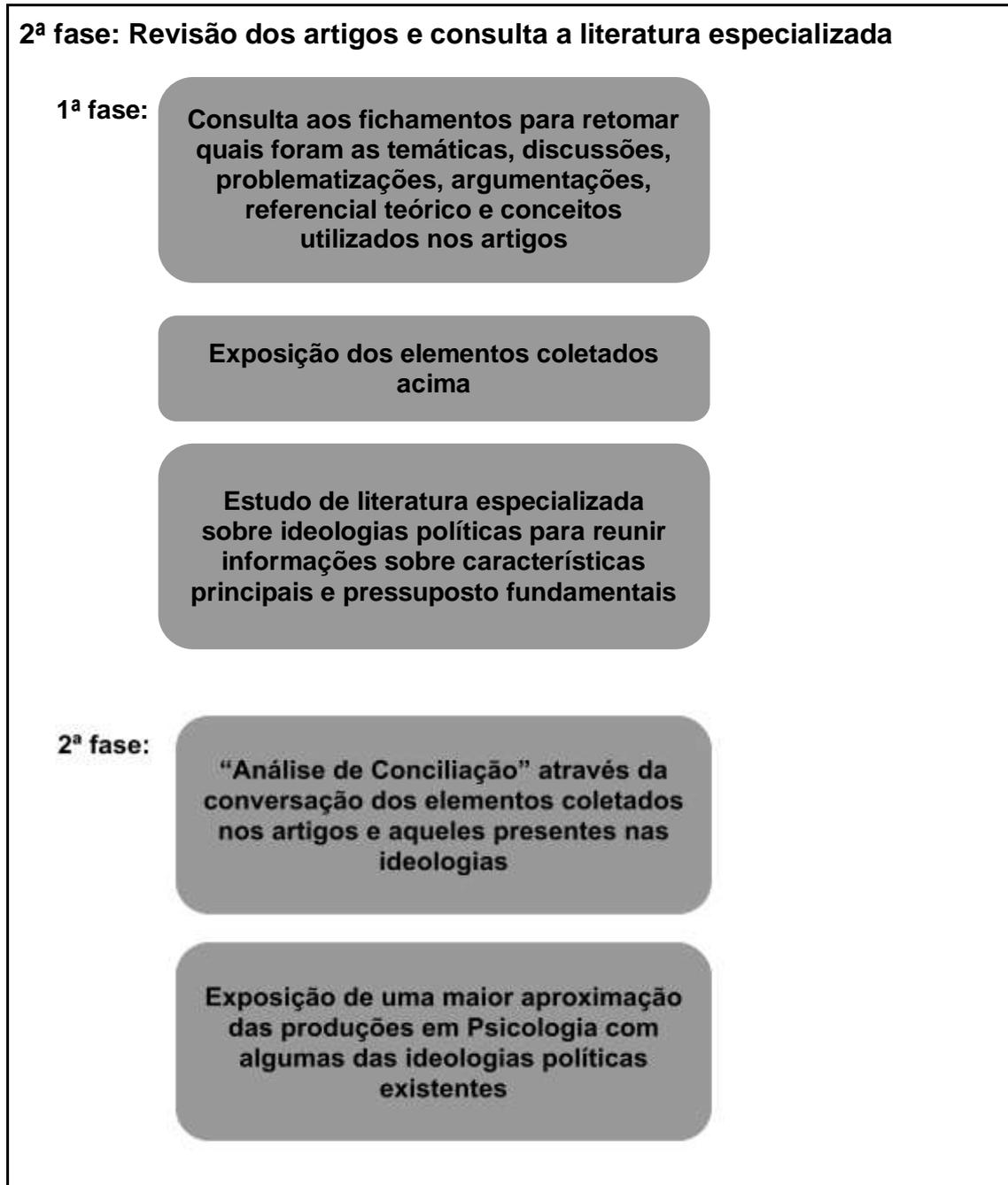
Destaca-se então a tentativa da construção de uma “metodologia de análise”, com as devidas ressalvas que essa terminologia pode carregar. Mas que buscou construir uma forma de analisar e conciliar, os artigos triados com as ideologias políticas contemporâneas.

Através da coleta de quais temáticas foram abordadas, apresentadas e discutidas, a partir de qual referencial teórico, de quais argumentos, se havia algum posicionamento político e ideológico defendido de maneira mais explícita e entre outros elementos do artigo. Como mostra o modelo de fichamento apresentado anteriormente.

Sendo que, mais do que caracterizar ou delimitar enquadramentos, buscou-se destacar os elementos abordados nos artigos, ou seja, quais discussões estão sendo realizadas pela Psicologia e quais são as aproximações com ideologias políticas, como por exemplo, a direita e a esquerda, visto as delimitações expostas sobre o que entendeu-se pelas duas. Afinal, são conceitos amplos e diversos, por isso, destaca-se a necessidade de salientar a partir de qual concepção se está falando.

A representação gráfica da segunda fase está apresentada no fluxograma presente na Figura 3, a seguir.

Figura 3 - Fluxograma da “Análise de Conciliação”



Fonte: elaborada pela autora.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido à natureza deste estudo foi tomada a decisão metodológica de estruturar e desenvolver as seções de Resultados e Discussão como uma seção única. Uma vez que os dados são provenientes de uma série de publicações de dois

periódicos distintos, e pelo foco da pesquisa estar na exploração dos elementos trazidos nos textos e na compreensão dos vieses e posicionamentos políticos dessas publicações – o que requer a interpretação e inerente discussão dessas – julgou-se que a apresentação dos dados e resultados, seguida de sua discussão, possibilita análises mais específicas e qualificadas, favorecendo a compreensão do leitor sobre como determinados dados foram interpretados pelos pesquisadores.

Sendo imprescindível destacar que devido à complexidade e amplitude do que se compreende sobre cada viés ideológico, serão destacados autores específicos e suas compreensões sobre aquelas levantadas, para que seja possível delimitar qual compreensão estamos adotando, considerando as múltiplas interpretações que cada uma delas pode apresentar dependendo do autor que as apresenta.

Dessa forma, foi desenvolvido um processo de interpretação dos dados coletados presentes nos artigos e a construção de uma forma de relacioná-los com características presentes em determinadas ideologias políticas. Ressalta-se ainda a complexidade desse processo, visto a extensa e variada compreensão que estas podem apresentar, como por exemplo, as múltiplas variações presentes no que se entende enquanto “Esquerda”, que possui perspectivas extremas ou radicais, e outras mais moderadas, com ramificações diversas.

Portanto, salienta-se aqui o compromisso com a descrição clara dos procedimentos e compreensões teóricas utilizadas, para que sejam esclarecidos os caminhos, escolhas e lentes utilizadas pelo pesquisador para compreender os fenômenos estudados, visto que

os fatos científicos não são algo descoberto, no sentido de desvelamento da natureza. São construções extremamente complexas permeadas pelo contexto social em que estão envolvidas as forças sociais dos sujeitos e das instituições (LATOURETTE; WOOLGAR, 1997 citado por CRUZ, 2008, p.44).

Em um primeiro momento, e mais especificamente, na quarta e quinta etapa da primeira fase da pesquisa (descrita no método), ocorreu a estruturação de um modelo de fichamento que norteou a leitura dos artigos, mas que foi submetido a alterações durante o processo de leitura, servindo como referencial de quais pontos necessitavam de maior destaque para que fosse possível compreender quais vieses ideológicos estariam presentes ou se relacionariam com as argumentações e teoria utilizadas.

Adentra-se assim aos critérios estipulados para identificar semelhanças com ideologias políticas, cabendo destacar que esse procedimento de análise não se restringiria a um enquadramento ou delimitação fixa, imutável e inquestionável, mas sim, uma forma de ler os dados apresentados e as características defendidas pelas ideologias políticas.

O que caracteriza justamente o nome escolhido “Análise de Conciliação”, visto que buscou-se encontrar semelhanças entre os posicionamentos trazidos nos artigos e aqueles apresentados pelas ideologias, a fim de se identificar como a Psicologia, a partir do recorte de duas revistas científicas, está se posicionando politicamente e compreendendo a realidade. A partir de quais pressupostos ou linhas de pensamento está pautando sua ação, com quem se compromete, como avalia sua ação na sociedade enquanto classe profissional, e portanto, como compreende e avalia sua atuação política, entre outros aspectos.

3.1 LEVANTAMENTO E EXPOSIÇÃO DAS TEMÁTICAS

Primeiramente serão expostas as principais temáticas coletadas dos 24 artigos lidos e que foram submetidos a uma análise aprofundada através da elaboração de fichamentos.

Como pode ser visto no Quadro 3, que destaca o nome do artigo e as temáticas presentes e quando em destaque, a população foco. Que expõe a categorização das 6 temáticas principais e 16 subtemas, sendo eles: População Vulnerável (Mulheres, em rosa; população LGBTQIA+, em lilás; Indígenas, em vermelho; Negros, em laranja; Presos, em azul claro); Amplitude do estudo (Microanálise e/ou Macroanálise, Projeto Social/Comunitário, em verde); Esfera de valores ou pressupostos da Psicologia (Compromisso profissional da Psicologia, Atuação profissional dos Psicólogos e Laicidade, em amarelo); Aspectos históricos (Ditadura e Historicidade da Psicologia, em azul escuro); Pandemia/COVID-19; Políticas públicas (CAPS, CRAS, NASF), que não receberam uma atribuição de cor em específico por se enquadrarem dentro de outras temáticas centrais.

Quadro 3 - Temáticas abordadas nos 24 artigos

NOME	TEMA
Grafites Que (Contra)Dizem: Gêneros E Sexualidades Na Polifonia Da Cena Urbana	Mulheres População LGBTQIA+ Macroanálise
Psicologia E Políticas De Saúde Da População Trans: Encruzilhadas, Disputas E Porosidades	População LGBTQIA+ Políticas Públicas Compromisso profissional Atuação profissional Macroanálise
Enfrentamento À Lgbtifobia, Afirmação Ético-política E Regulamentação Profissional: 20 Anos Da Resolução Cfp Nº 01/1999	LGBTQIA+ Macroanálise Compromisso profissional
Uma Análise Histórica Da Resolução Nº 01/1999 Do Conselho Federal De Psicologia: 20 Anos De Resistência À Patologização Da Homossexualidade	LGBTQIA+ Compromisso profissional Macroanálise
Raça E Política De Assistência Social: Produção De Conhecimento Em Psicologia Social	Negros Políticas Públicas Macroanálise Compromisso Profissional
A Psicologia E O Discurso Racial Sobre O Negro: Do “Objeto Da Ciência” Ao Sujeito Político	Negros Atuação profissional Historicidade da Psicologia Macroanálise
O Paradoxo Do Isolamento Na Pandemia Segundo O Povo Indígena Sateré-mawé/Am	Indígenas Macroanálise Pandemia/COVID-19
A Potência Do Cuidado: Uma Experiência No Sistema Prisional De Pernambuco	Presos Microanálise

	Atuação profissional Compromisso profissional Macroanálise
Violência De Estado, Juventudes E Subjetividades: Experiências Em Uma Delegacia Especializada	Presos Atuação Microanálise Compromisso profissional Macroanálise
Necropolítica E Pesquisa-intervenção Sobre Homicídios De Adolescentes E Jovens Em Fortaleza, CE	Presos Negros Microanálise Macroanálise
Construcionismo Social E Trabalho Comunitário: Conflito, Diálogo E Participação	Projeto Social/Comunitário Microanálise Macroanálise Atuação profissional
Cinema Perto Da Gente: Arte Como Estratégia De Atuação Do Psicólogo No CRAS	Projeto Social/Comunitário Atuação profissional Políticas Públicas
O Que Significa O Desmonte? Desmonte Do Que E Para Quem?	Macroanálise Políticas Públicas
Artimanhas Da Hegemonia: Obstáculos À Radicalização Da Democracia No Brasil	Macroanálise
Laicidade E Conselho Federal De Psicologia: Dinâmica Institucional E Profissional Em Perspectiva Jurídica	Macroanálise Compromisso profissional
Psicologia E Democracia Em Um Cenário De Cidade Como Campo Em Disputa	Macroanálise Compromisso profissional Atuação profissional
Políticas De Pesquisa E Resistências Em Tempos De Acirramento Dos Processos De Violência	Compromisso profissional Macroanálise

	Atuação profissional
Construções Identitárias De Psicólogos Em Nasf: Reflexões Para A Prática Profissional	Compromisso profissional Atuação profissional Políticas Públicas
Direitos Humanos E Avaliação Psicológica: Indissociabilidade Do Compromisso Ético-político Profissional	Compromisso profissional Atuação profissional Macroanálise
Consciência De Estudantes Prounistas Sobre Sua Inserção No Ensino Superior	Compromisso profissional Atuação profissional Políticas Públicas
Ditadura E Insurgência Na América Latina: Psicologia Da Libertação E Resistência Armada	Ditadura Historicidade da Psicologia Atuação profissional
Psicologia, Democracia E Laicidade Em Tempos De Fundamentalismo Religioso No Brasil	Ditadura Compromisso Atuação profissional Laicidade
Psicologia Social E Pesquisa Com Memória: Método E Reparação De Danos Da Ditadura Civil-militar	Ditadura Atuação Compromisso profissional Historicidade da Psicologia
Psicologia E A Política De Direitos: Percursos De Uma Relação	Historicidade da Psicologia Atuação profissional Compromisso profissional Ditadura

Após a visualização da categorização geral das temáticas em destaque nos artigos inicia-se a etapa da apreciação e análise de como essas foram apresentadas, discutidas e problematizadas. Assim como, quais argumentos, teóricos e conceitos foram utilizados para realizar leituras de realidades específicas, o que se entendeu como “microanálise”, mas que inevitavelmente, fizeram análises também a nível amplo, contextual, social e político, denominadas como “macroanálise”, que de modo geral, esta última, se mostrou presente em todos os artigos.

É possível destacar, portanto, que as principais temáticas apresentadas pelos artigos foram críticas à situação de vulnerabilidade que algumas parcelas populacionais, se não, a maioria da população, apresenta. Vinculando essa situação e problemática social ao Estado, sob duas formas principais: na forma de negligência estatal, através da ausência de políticas de assistência que alcancem de fato a população e assegurem-lhe os direitos ratificados na Constituição vigente, ou que, como exposto no artigo “O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para quem?” (MARQUES et al, 2019), que aborda o desinvestimento nas condições para se viver, através do recrudescimento do desmonte das políticas sociais, em prol do avanço de uma “política de morte”, através do aumento das políticas de segurança e punição. Ou também, sob a forma de negligência estatal, que favorece a manutenção das diversas formas de desigualdades sociais.

Sendo, a “política de morte”, manifesta também através da perseguição direta a certas parcelas populacionais, aliada a lógica de extermínio, que foi apresentada através do conceito de Necropolítica, do autor camaronês Achille Mbembe. O qual se inspira em pensadores como Michel Foucault, realizando uma releitura da compreensão de biopolítica, biopoder e racismo de Estado, assim como da violência colonial exposta por Franz Fanon, além das compreensões de Estado de Exceção e Estado de Sítio de Hannah Arendt e Giorgio Agamben (BENÍCIO et al, 2018), autores estes que se apresentaram também em grande parte das produções analisadas.

Com principal ênfase para Michel Foucault, que se mostrou presente na grande maioria dos artigos, como por exemplo, no estudo: “Enfrentamento à Lgbtifobia, Afirmção Ético-política E Regulamentação Profissional: 20 Anos Da Resolução CFP Nº 01/1999” (CASSAL; BELLO; BICALHO, 2019) e “Psicologia E Políticas De Saúde Da População Trans: Encruzilhadas, Disputas E Porosidades” (VIEIRA et al, 2019), nos quais foram utilizados os conceitos foucaultianos para abordar as problemáticas

e violências sofridas pela população LGBTQIA+, descrevendo de quais formas operam as violências e as tentativas de controle e patologização desses sujeitos.

Além de artigos como “Necropolítica E Pesquisa-intervenção Sobre Homicídios De Adolescentes E Jovens Em Fortaleza, CE” (BENICIO et al, 2018), “O que Significa o Desmonte? Desmonte Do Que e Para Quem?” (MARQUES et al, 2019) e “A Potência do Cuidado: Uma Experiência no Sistema Prisional de Pernambuco” (LIMA; FILHO, 2018). Que também relacionam conceitos foucaultianos, sobre a lógica institucionalizante e prisional, assim como das relações de força/poder (Biopolítica) e suas tecnologias (Biopoder). Aliados a conceitos de Judith Butler, com compreensão de que algumas vidas não são qualificadas como tal e que, portanto, não são consideradas vidas a serem vividas ou até mesmo passíveis de luto. O que acaba por legitimar, orientar e perpetuar, lógicas de violência e exclusão (BUTLER, 2015).

Conceitos estes que se apresentam em artigos como “Violência de Estado, Juventudes E Subjetividades: Experiências Em Uma Delegacia Especializada” (SANTOS; BEIRAS; ENDERLE, 2018) e que também se vinculam com a noção de Necropolítica de Achille Mbembe, definida enquanto uma tecnologia de produção e gestão da morte, através da qual é possível compreender e descrever

[...] especialmente o fenômeno da destruição massiva de pessoas e a criação de mundos de morte que ilustram a continuidade da colonialidade e do imperialismo no âmbito da democracia liberal, na qual certos grupos populacionais são posicionados como “mortos-vivos”, por meio de processos e práticas de desumanização, coisificação e indignificação de suas existências (Mbembe, 2017 citado por BENÍCIO et al, 2018).

Dessa forma, a partir das temáticas e problemáticas expostas, assim como os teóricos utilizados para nortear e sustentar a leitura dessas realidades, é possível compreender que foram feitas várias críticas, ao fato de que o Estado brasileiro não investe em políticas de garantia e promoção da vida, mas sim, na delimitação de quais vidas podem ser vividas, quais delas são consideradas matáveis em prol da sobrevivência e manutenção da vida de outras parcelas populacionais, que são, em sua maioria: branca, homens, heterossexuais e de classe média e alta (BENÍCIO et al., 2018; MARQUES et al., 2019; GALEANO; GUARESCHI; SCISLESKI, 2019; SANTOS; BEIRAS; ENDERLE, 2018).

Encarando-os como sendo os supostos vulneráveis a violência e que por isso precisam ser protegidos contra os transgressores - que no caso, como exposto nos

artigos, seriam os verdadeiros vulneráveis - mas que carregam essa condição de vulnerabilidade não como uma condição de alarme e que expõe a necessidade de auxílio, mas enquanto condição de risco e alvo de extermínio (MARQUES, et al., 2019).

Extermínio esse que remonta às conceituações de Judith Butler discutidas nos livros "Regulações de gênero" (BUTLER, 2006 apud SANTOS; BEIRAS; ENDERLE, 2018), "Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética" (BUTLER, 2015a), "Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?" (BUTLER, 2015b), para denunciar essa delimitação de quais vidas podem ou não serem vividas, através de uma lógica hegemônica e o extermínio/exclusão daqueles que não são pertencentes a esta.

Como pode ser visto no artigo "Violência de Estado, Juventudes e Subjetividades" (SANTOS; BEIRAS; ENDERLE, 2018), que estabelece uma análise sobre como há uma norma que legitima a existência de alguns corpos e outros não, as chamadas "vidas" e as "não vidas", a partir do conceito de ontologia corporal e através da ideia de inteligibilidade, ou seja, a capacidade de ser conscientizado ou visto.

Dessa forma, alguns corpos não possuem essa qualidade ou capacidade, por estarem "fora da norma" ou como destoantes do discurso hegemônico, e por isso, podem ser alvo da violência, como é exposto no trecho a seguir:

Se os esquemas de inteligibilidade partem de poderes e saberes discursivamente produzidos, eles configuram as normas que dão a condição de ser reconhecido ao sujeito a partir da história do nosso povo. E não é novidade que a história carrega questões de raça, classe, dominação, exploração, gênero, etc (SANTOS; BEIRA; ENDERLE, 2018, p. 272)

Foi enfatizado também, na totalidade dos artigos, a importância de uma atuação contundente da Psicologia diante de problemáticas sociais, desde os processos de acirramento da violência e negligência, já explicitada anteriormente, à parcelas populacionais mais vulneráveis à pobreza, violência, morte, tráfico, entre outras. Como na esfera de prestar serviço e acolhimento a esse "[...] sofrimento sociopolítico, ou seja, o sofrimento produzido pelas condições de invisibilidade a que são expostos os sujeitos." (MARTINS et al., 2019, p.10) em serviços como o NASF, CRAS, etc. Mas também, na atuação diante das esferas do poder do legislativo, através de articulações em prol do avanço nas formulações de políticas que assegurem os mais vulneráveis.

Assim como, através da produção de conhecimento, sendo este também, um dos objetivos do presente trabalho, avaliar como a produção científica tem trabalhado e contribuído no jogo político. Ou seja, em artigos como “Raça E Política De Assistência Social: Produção De Conhecimento Em Psicologia Social” (OLIVEIRA, et al., 2019) foram expostas as problemáticas de como a noção de branquitude interfere na produção de conhecimento científico e enfatiza a necessidade de iniciar uma descolonização dessa produção, para que não sejam perpetuadas práticas epistemicidas de conhecimento, ou seja, a negação da produção científica e de reconhecimento das vozes que não sejam as dos discursos, autores e “territórios epistêmicos hegemônicos” (OLIVEIRA et al., 2019, p.149).

Além da crítica exposta, no mesmo artigo (OLIVEIRA et al., 2019) referente à lógica universalizante de sujeito, sendo, portanto, desracializado e masculino. Concepção esta que perpetua o ideal branco e não possibilita a discussão sobre o privilégio racial e os impactos deste para aqueles que não se enquadram na norma.

Foi apresentada também a necessidade de se questionar criticamente a postura ético-política no contexto da avaliação psicológica, ou seja, como são elaborados esses instrumentos e como eles são utilizados, enfatizando a necessidade de se questionar como a classe social, cor, território, condições de vida e acesso atravessam todos os brasileiros e precisam ser considerados nos contextos de avaliação, tanto por parte de quem avalia, mas também, na produção desses instrumentos, para que ambos considerem esses aspectos e não perpetuem lógicas de discriminação daqueles que não atendem às normas padronizadas pelos instrumentos (BICALHO; VIEIRA, 2018).

Foi trazida também a necessidade de questionamento sobre o modelo clínico e médico, assim como da perspectiva individualizante de atenção nas atuações em contextos e instituições cujas demandas extrapolam a lógica individual ou até mesmo de ordem subjetiva, como no Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Sendo exposto no artigo “Construções Identitárias de Psicólogos em NASF: Reflexões para a Prática Profissional” (VASCONCELOS; ALESSIO, 2019) que expõe a lógica individualista e do modelo clínico, não consegue suprir as demandas complexas e diversas que se apresentam nesse contexto, revelando-se como insuficiente. Mas que enfrenta impasses em sua modificação, visto que há uma marcante atribuição de um papel delimitado ao psicólogo, como sendo aquele que

cuidará, ou até mesmo, solucionará, demandas de ordem emocional, subjetiva e “psicológica”.

Porém, nos artigos foram expostas críticas à insuficiência e até mesmo, incompatibilidade desse modelo de atendimento e atuação com a realidade social e campo de trabalho que se apresenta. Como exposto no trecho: “Propõe-se repensar aquelas intervenções que, calcadas em uma demanda de outra ordem (da classe média atendida em consultórios privados), não devem ser transpostas ao público, no contexto do NASF.” (VASCONCELOS; ALÉSSIO, 2019, p. 13).

Assim como, artigos que trouxeram a perspectiva de que a lógica e modelo biomédico pode atuar de modo a patologizar formas de existência tidas como fora de uma normatização, como no caso da população LGBTQIA+ e os embates enfrentados diante de falas e ações, principalmente conservadoras e de bancadas evangélicas, que defendem e sustentam a patologização da homossexualidade e transsexualidade.

Visto que, nos artigos “Enfrentamento a LGBTIfobia, Afirmação Ético-política” (CASSAL; BELLO; BICALHO, 2019) e “O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para quem?” (MARQUES et al., 2019) são trazidas reflexões amparadas também na teoria foucaultiana ou de Judith Butler em “Violências de Estado, Juventudes e Subjetividades”, que apontam para uma lógica individualizante e punitiva que fundamenta-se no jogo do poder disciplinar, localizando nos sujeitos destoantes o alvo a ser modificado, corrigido ou até mesmo extinguido.

Dessa forma, localiza-se nos sujeitos as problemáticas e os compreende como alvos da mudança, por romperem com uma lógica normativa. Como sustentam os modelos médicos e científicos que possuem caráter excludente, estigmatizante e servem de respaldo para práticas punitivas e institucionalizantes (CASSAL; BELLO; BICALHO, 2019).

Apresentando-se de forma a repudiar e a reagir contra existências que se manifestem como sendo múltiplas e distintas de um padrão de coesão social esperado, tanto pela população LGBTQIA+, como pelo exemplo trazido referente a uma mulher, artista de rua, sem território fixo ou o jovem, que se envolve com o tráfico, além de inúmeros outros exemplos de sujeitos que, como expõe Marques, et al. (2019, p. 14) “[...] os vulneráveis são aqueles que constituem a franja social que ameaça a coesão social não só pela sua quantidade, mas pela ausência de valor que agregam nas trocas sociais.”

Dessa forma, tais vulnerabilidades são lidas como risco e não mais como alvo que necessitam de assistência e proteção, tornando-se alvo de uma política que além de não proteger, os coloca como alvos de extermínio, pela lógica da necropolítica e a delimitação de quais vidas são matáveis (MARQUES, et al., 2019).

Foram analisados também, artigos que abordaram especificamente a temática da Ditadura-Civil-Militar e como a Psicologia se posicionou neste contexto, realizando, portanto, uma retomada histórica da atuação profissional e participação política e social da Psicologia na sociedade brasileira.

Sendo esta, marcada por uma prática conivente, e aqui se destaca a escolha específica da palavra “conivente”, haja vista seu significado:

Cúmplice; que esconde uma ação ilegal ou imoral cometida por outra pessoa; que não faz nada para impedir uma ação errada ou criminosa.; Que não tenta evitar nem prevenir um crime; que expressa cumplicidade (CÚMPLICE, 2021).

Dessa forma, são realizadas exposições e análises críticas da atuação da Psicologia no contexto ditatorial, que se caracterizava, quando não, negligente as condições sociopolíticas do país (COIMBRA, 2009 citado por FURLAN, 2017), pretendiam afastamento de temáticas que poderiam entrar em conflito com o Estado (HUR, 2012) ou executavam práticas opressivas e violentas de forma direta (HUR, 2017).

Porém, defende-se que a retomada não tem por intencionalidade o simples repúdio e condenação da classe profissional, mas sim, a construção de uma argumentação de modo a encará-la como uma referência a qual, a Psicologia na atualidade, deve distanciar-se, ou seja, deve orientar sua prática em pressupostos que defendam valores democráticos e de respeito aos direitos humanos e individuais, assim como, o comprometimento com avanços e garantia de direitos sociais, econômicos e políticos.

Postura esta que já vem sendo admitida, principalmente pela Psicologia Social e Psicologia Política, que questionavam desde o contexto da Ditadura, e mais especificamente, por volta do final dos anos 70 (HUR, 2012), o modelo de atuação adotado pela classe profissional. Caracterizado pela defesa de uma orientação profissional demarcada pelo compromisso ético-político, de se olhar para a sociedade brasileira de modo a encarar as problemáticas sociais presentes e a promover mudanças sociais em favor das classes populares e desfavorecidas (HUR, 2012;

HUR; LACERDA JR, 2016; LIMA; CIAMPA; ALMEIDA, 2009 citado por FURLAN, 2017).

Como bem apresenta Furlan (2017), no artigo “Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação” , onde defende uma prática profissional orientada por “[...] uma forma contra-hegemônica de se fazer Psicologia.” (p.97), ou seja, que respaldada pelos valores democráticos e aqueles ratificados em seu Código de Ética Profissional (LIONÇO, 2017), tenha uma atuação com olhar crítico para o contexto social e político, inclusive em esfera da não manutenção de práticas que se orientem segundo padrões normativos que legitimam opressões.

3.2 ANÁLISE DE CONCILIAÇÃO ENTRE OS ARTIGOS E AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS: ESTABELECENDO APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

É importante destacar que uma categorização sistemática dos artigos em relação às ideologias políticas não foi um objetivo estabelecido para este estudo, visto seu caráter exploratório. Porém, destaca-se a importância de se olhar para as ideologias políticas e como estas se apresentam nas produções e atuações em Psicologia, sendo que, mesmo não sendo feita essa categorização sistemática neste estudo, demonstra-se como uma questão interessante e pertinente para que seja realizada e aprofundada em outras pesquisas.

Podendo ser aproveitados os elementos e análises apresentados neste estudo, como as temáticas e problemáticas em destaque nas produções, os argumentos, autores e teorias que embasaram as discussões, defesas e denúncias. Para que seja possível analisar quais ideologias políticas, de forma mais específica, poderiam ser encontradas nas produções em Psicologia, inclusive considerando uma amostra maior de artigos e revistas científicas.

Dessa forma, após a apresentação das variadas temáticas e discursos que se mostraram presentes nos artigos e foram submetidos à análise. Neste tópico, objetiva-se descrever como alguns argumentos, teorias, autores e posicionamentos trazidos nos artigos, se aproximam ou se distanciam de determinadas ideologias políticas.

Sendo a compreensão admitida por “ideologia política”, aquela que orienta a concepção e compreensão, que os sujeitos apresentam sobre o papel e função do

Estado, ou seja, no quesito da lei e da governança. Além de ser possível, devido ao constitucionalismo moderno, com a implementação de valores como a tolerância e a maior liberdade de consciência e religião, falar-se em uma maior tolerância a perspectivas políticas diversas. O que é entendido pelo pluralismo ideológico, que possibilita se falar em “ideologias políticas”, visto a pluralidade de perspectivas sobre o papel e função do Estado (ROSAS, 2014).

Existindo assim uma extensa pluralidade, módulos e segmentos dentro das ideologias, com variadas ramificações e diferentes formas de serem abordadas, como a perspectiva mais dicotômica entre Direita e Esquerda, que abriga também o Centro, possibilitando compreensões sobre colocações mais a extrema ou próximas ao centro.

Ou como sugere Michel Freeden, através de uma compreensão morfológica das ideologias, com a apresentação de três macro-ideologias contemporâneas, sendo elas: o socialismo, o liberalismo e o conservadorismo. Que possibilita uma análise mais plural e ampla sobre elas, incluindo suas especificidades e ramificações (micro-ideologias) (ROSAS, 2014).

Dessa forma, visto a proposta exploratória e incipiente do estudo, optou-se por destacar a ideologia política presente nos artigos, entendendo-a a partir da noção de Direita e Esquerda, apresentada por Bobbio (1995) e Rosas (2014), na qual os dois espectros políticos se diferem principalmente no quesito da igualdade, visto que a esquerda tende a se posicionar de forma mais igualitária do que a direita. Embora esta não seja uma posição invariável, como se a esquerda fosse sempre igualitária e a direita não, destaca-se que essa característica e forma de se relacionar com a questão da igualdade, representa uma das diferenças fundamentais entre as duas e demarca diferenças significativas, como exposto a seguir:

Quando estão em causa questões tão diversas como a distribuição da riqueza, o direito de voto das mulheres, os direitos das minorias sexuais, os direitos dos imigrantes, etc., a esquerda tende a ser mais igualitária e a direita menos (ROSAS, 2014, p.12).

Sendo necessário salientar, a multiplicidade de definições e conceitos que a definição que o termo “Esquerda” pode ter, mas seguindo a linha de compreensão expressa por Bobbio (1995), Cardina e Soeiro (2014), Rosas (2014) e por último, com o trecho a seguir de Fausto (2017), que entende a esquerda como:

“[...] a posição política dos que defendem os interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele [...] o desejo de liberdade e de igualdade (não absoluta) e a luta pelo bem-estar e a sobrevivência dos humanos, na cidade e no planeta, (p. 109-110).

Apresenta assim, em sua base ou valor fundamental, a contestação do real por meio de lutas e reivindicações (FAUSTO, 2017), buscando o que se aproxima de ideias e condições mais igualitárias e tendo como valor a emancipação (BOBBIO, 1995), enquanto que a direita, não apresenta como premissa norteadora ou base fundamental, a luta ou modificação do real, mas sim, uma maior aceitação do mesmo e, de certa forma, a manutenção do *status quo* (FAUSTO, 2017) ou pelo menos que as mudanças sejam feitas de forma gradual e prudente, haja vista o apreço pela tradição, instituições e princípio de conservação (COUTINHO, 2014).

Entende-se assim, que a Esquerda se atenta às problemáticas sociais em um sentido de modificar a situação vigente, por isso, opõe-se ao que é defendido pela Direita, podendo incluir os Conservadores, Reacionários e as demais ideologias que se vinculam a essa compreensão. Dessa forma, a Esquerda pode ser encarada sob uma perspectiva tida como progressista, ou seja, objetiva-se o progresso e a mudança social de forma, digamos que, mais imediata.

Porém, dentro dessa definição de Esquerda e premissa que comunga variadas ideologias, essas se diferirão segundo a forma de promover essas mudanças, ou seja, por meio de revoluções que buscam modificar a sociedade em suas raízes, ou seja, em suas estruturas, para que assim novas formas de existir e condições de vida sejam possíveis (CARDINA; SOEIRO, 2014.; FAUSTO, 2017) e outras correntes que defendem mudanças mais graduais ou até o que Fausto (2017), considera como “esquerda adesista”, ou seja, que admita a existência do capitalismo e não lute contra ele, algo que o autor pensa que se distancia de um projeto real de Esquerda, mas que não é consenso entre todos os pensadores.

Sendo assim, é possível compreender, a partir dos elementos coletados nos artigos, que a Psicologia traz em sua discussão, problematização, fundamentação teórica e forma de compreender a realidade, visões e posicionamentos que a aproximam do que entende-se e definiu-se por Esquerda, distanciando-a de perspectivas à Direita.

Foi constatado, portanto, a inexistência de artigos que se vinculam às perspectivas tidas como conservadoras. Considerando que para assumir o uso do

termo ou teoria política do “Conservadorismo” é preciso salientar a multiplicidade de “conservadorismos” existentes, inclusive quanto ao nível de intensidade, como no caso de posições extremas ou até mesmo por compreensões um tanto quanto errôneas ou distorcidas do pensamento conservador, sendo considerado sinônimo de reacionário, ou em outras palavras, conservador-extremista. O que acaba por contrastar ou exceder as exposições do pensador e político inglês, considerado o “pai do conservadorismo”, Edmund Burke (WEFFORT, 2001).

A partir de consulta à literatura especializada (BOBBIO, 1995; COUTINHO, 2014; SCRUTON, 2019; TAROUCO; MADEIRA, 2013; SOUZA, 2016; WEFFORT, 2001), serão tomadas como características fundamentais do conservadorismo: a prudência, priorizando a cautela e o que acaba por contrastar com propostas revolucionárias ou progressistas; a crítica severa às utopias, abstrações e soluções rápidas e idealistas para questões de ordem prática ou pragmática;

A preservação de instituições, devido ao respeito aos antepassados e à moral estabelecida e construída no decorrer dos milênios, propondo transformações graduais e processuais que acompanhem o desenvolvimento da sociedade; posição cética, no que tange a capacidade humana de compreender o funcionamento do próprio ser humano e do mundo, preferindo assim “confiar” na moral estruturada ao longo dos milênios, pois essas configurações se perpetuam há séculos, acreditando assim na relevância temporal e de consolidação destas (BOBBIO, 1995; COUTINHO, 2014; SCRUTON, 2019; WEFFORT, 2001).

Já no que se refere a uma maior aproximação da Psicologia com a Esquerda Radical e sua valorização da emancipação, transformação social e crítica ao capitalismo, considera-se que esta esteja, principalmente, vinculada ao marxismo, mesmo que este também seja muito diverso, podendo até mesmo falar em “marxismos”, é possível considerar que:

[...] existe uma atenção particular às relações de produção e de propriedade na explicação da globalização neoliberal, a defesa da necessidade de organizações revolucionárias para a transformação social (partidos, movimentos), a insistência na transferência dos meios de produção para as mãos dos trabalhadores, a defesa de uma estratégia de ruptura com o capitalismo (CARDINA; SOEIRO, 2014, p.39).

Dessa forma compreende-se semelhanças entre as argumentações, autores utilizados, posturas, críticas e defesas apresentadas na maior partes dos artigos,

como sendo compatíveis com estas premissas expostas na compreensão da ideologia de Esquerda Radical.

Onde foram realizadas críticas às consequências produzidas pelo sistema de produção capitalista, no que concerne à promoção e manutenção de desigualdades, incluindo a desvalorização daqueles que não se mostram como sendo úteis para a lógica do mercado, seja na esfera de produtor e/ou de consumidor.

Assim como a denúncia da violência praticada pelo Estado, a partir da teoria da Biopolítica de Michel Foucault e teoria da Necropolítica de Achille Mbembe, seja em forma de negligência e desassistência com o desmonte de políticas sociais, como pela lógica de extermínio explícita através do aumento das políticas de segurança (MARQUES, et al., 2019).

Mas também, expressa-se a defesa da existência e necessidade dos movimentos populares, através da denúncia das formas que um discurso hegemônico, excludente, normatizador e mantenedor de privilégios, se articula para suprimir modificações sociais ou até mesmo extinguir a diversidade e o oponente, sustentado por uma lógica de “expurgo à diferença” como descreve o trecho a seguir:

Construção da invisibilidade e/ou criminalização de movimentos sociais (manipulação de informações e construção de uma imagem pejorativa dos movimentos sociais) na busca de impossibilitar a legitimidade dos mesmos e, assim, dificultar a construção de apoio às suas demandas políticas (COSTA; PRADO, 2017, p.10)

Sendo possível compreendê-la também como sendo próxima a perspectivas não-hegemônicas de Democracia e suas variadas vertentes, como por exemplo, a Democracia Participativa exposta por Boaventura de Sousa Santos e a Democracia Radical e Plural de Ernesto Laclau e Chantall Mouffe. Que compreendem formas de governo democráticas que ultrapassam a compreensão de democracia liberal, que ainda se sustenta em perspectivas individualizantes e universalizantes. Enfatizando assim a participação social enquanto elemento principal para a transformação social (MARQUES, 2008).

Dessa forma, sustenta-se a existência da diferença e pluralidade, e assim, as lutas políticas, mas sem seguir uma lógica extremista de extermínio da oposição, como em governos ou ideologias autoritárias tanto de direita como de esquerda (MARQUES, 2008). E assim se identificam os argumentos trazidos pela Psicologia,

como em defesa da manutenção de um ambiente democrático, plural, mas que permita espaços de luta por direitos, melhorias e transformações sociais.

Inclusive, os artigos posicionam-se enquanto defensores da criação desses espaços de discussão e conquistas, visto que as problemáticas sociais e lógicas de repressão, negligência e extermínio estão cada vez mais presentes no cotidiano brasileiro, mas espera-se que através de produções e elaborações críticas, reflexivas, contextualizadas e sob múltiplas perspectivas e vozes esses espaços sejam conquistados.

Ressaltando que, mais do que enquadrar artigos em perspectivas políticas delimitadas, foi possível perceber a similaridade de discursos, críticas, teorias e defesas. Sendo que estas devem receber o principal enfoque, ou seja, quais estão sendo as articulações da Psicologia para se manter presente e atuante no contexto social e político.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Haja vista a inevitável relação entre a Psicologia e o contexto histórico, social e político brasileiro, demonstrou-se no decorrer do estudo, como a Psicologia tem se colocado diante deste contexto. Seja através do levantamento de quais temáticas e problemáticas tem se atentado, até a qual referencial teórico e argumentos têm utilizado para realizar suas análises e digamos que, adotado para nortear sua atuação profissional e responder aos compromissos a ela atribuídos.

Sendo pertinente destacar que, a proposta inicial da pesquisa tinha como um de seus objetivos realizar mensurações mais fechadas sobre quais vieses ideológicos se manifestavam nas produções, porém durante o próprio processo e fazer científico, constatou-se a imensa variabilidade de vieses ideológicos que poderiam se fazer presentes nos artigos, refutando, portanto, uma das hipóteses iniciais de um enquadramento mais preciso das ideologias e os artigos.

A partir desta compreensão, os objetivos da pesquisa foram reavaliados e constatou-se a maior pertinência e possibilidade de análise das temáticas, discussões, problematizações, argumentações e referenciais teóricos utilizados, para que, dessa forma, fosse possível levantar como se caracterizava o olhar e posicionamento da Psicologia para o contexto no qual está inserida. Para além de buscar caracterizações

e delimitações mais específicas dos vieses ideológicos presentes nos artigos, visto a complexidade e variadas ramificações que estes apresentam.

Considerando assim, os elementos coletados e analisados dos artigos, através da elaboração dos fichamentos e levantamento das temáticas, discussões, problematizações, argumentações, teorizações e conceitos, buscou-se estabelecer uma “Análise de Conciliação” entre os elementos levantados nos artigos e aqueles observados nas ideologias políticas.

Principalmente no que se refere ao eixo Esquerda e Direita, como explicitado na seção dos Resultados e Discussões, foi identificada a notória aproximação da Psicologia, quase que majoritariamente, baseado no recorte das revistas consultadas, ao espectro e ideologia política à Esquerda. Vinculando-se, portanto, a defesa da Democracia, da igualdade e liberdade, mas fundamentalmente, a defesa da luta para que esses pressupostos, direitos e modificações sociais sejam concretizadas e alcancem a sociedade de fato, para além de um plano idealizado ou abstrato.

Pautando sua atuação e compromisso, enquanto classe profissional, em prol da defesa e atenção aos mais vulneráveis e que não são assistidos, pelo menos não de forma integral, pela Democracia tal como se apresenta. Mas que ainda assim a defendem como sendo o regime político viabilizador desse avanço e progresso, através das lutas e mobilizações populares.

Inclusive, enquanto atuação profissional, através da defesa de um compromisso profissional e atenção direta a grupos em situação de vulnerabilidade. Assim como, a constante postura reflexiva sobre o caráter político da atuação clínica e a necessidade de se questionar qual atuação cabe em cada espaço, ou seja, será que o olhar clínico e individualizante é efetivo e benéfico em campos de atuação grupais ou em situações de extrema vulnerabilidade?

Os profissionais estão questionando ou sendo instrumentalizados para atuar em diferentes contextos? Haja vista a concepção hegemônica e do senso comum de como deve ser a atuação do psicólogo e a quais demandas este deve responder, que em sua maioria se referem a “problemas de saúde mental” (VASCONCELOS; ALESSIO, 2019).

Ressaltando também a discussão trazida sobre a necessidade dos debates, discussões e participações no âmbito legislativo e na produção de políticas públicas. Assim como em uma produção científica, comprometida com uma reflexão crítica da

realidade contextual e política brasileira, e o papel e compromisso da Psicologia neste contexto.

Considerando que, mais do que mensurar a quais ideologias políticas a Psicologia mais se aproxima, como se pretendeu nesse artigo, mesmo que de forma incipiente, seja interessante levantar quais são os temas abordados nas produções, quais teorias e autores são utilizados para sustentar argumentos e críticas, ao que eles são críticos, quais estão sendo os caminhos adotados para se sustentar uma prática condizente com os princípios norteadores do Código de Ética Profissional.

É questionado, portanto, se haveria uma suposta produção científica neutra, asséptica e distante de seu objeto de análise? Conforme expõe Osorio (2011 citado por MARTINS et al., 2017, p. 231):

[...] no contexto da filosofia neoliberal, as(os) profissionais de Psicologia encontram-se em conflito na sua prática: juraram que o fundamento principal é o interesse de quem demanda sua atenção, mas seu saber está “a serviço do capital, sob as premissas dogmáticas de que a ciência deve ser neutra, asséptica e pragmática.

É possível refletir, portanto, que segundo o autor, a suposta neutralidade pretendida e defendida por alguns seria, na verdade, uma forma de negligência ou não cumprimento com determinados pressupostos defendidos e demarcados pelo Código de Ética Profissional orientador da prática profissional em Psicologia, principalmente em voltar sua atuação para práticas que respeitem e assegurem a integridade do ser humano, a promoção de saúde e qualidade de vida, eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, além de uma atuação responsável, em decorrência de uma análise crítica das relações de poder presentes no contexto em que está inserido (CFP, 2005).

Destaca-se, por fim, a relevância de produções que continuem a ampliar e a investigar a postura que a Psicologia tem adotado diante do cenário social e político atual, e mais especificamente, a quem se destina sua atuação e produção de conhecimento? O que critica? O que defende? Quais caminhos sugere? A partir de quais olhares e teorias vem sendo construída sua discussão? Está sendo feita uma reflexão sobre a necessidade de descolonizar a produção científica em Psicologia a partir de uma perspectiva polirracional e não mais enquanto “[...] prática epistemicida [...] que representa a recusa e territórios epistêmicos não hegemônicos” (OLIVEIRA, 2019, p.149).

Os discursos trabalhados pela academia e no campo científico se manifestam na prática profissional? E para isso, as discussões realizadas nos artigos chegam às salas de aula no meio universitário? São feitas discussões sobre o compromisso político da Psicologia nas salas de aula?

REFERÊNCIAS

ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A. Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília ,v. 39, p.6-20. 2019.

BARROS, J. P. P.; BENICIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia?. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2019, v. 39, n. spe2

BENICIO, L. F. S et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, p. 192-207, 2018 .

BICALHO, P. P. G.; VIEIRA, E. S. Direitos Humanos e Avaliação Psicológica: Indissociabilidade do Compromisso Ético-Político Profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, p. 147-158, 2018 .

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.**

Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BONTEMPO, V. L. Achille Mbembe e A Noção de Necropolítica. **Sapere Aude**, p. 558-572, 2020.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2015a.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015b.

CANIATO, A. **Formação De Psicólogas E Psicólogos: Respondendo Às Demandas Da Sociedade Brasileira.** Conselho Federal De Psicologia Grupo De Trabalho De Formação, 2012.

CARDINA, M.; SOEIRO, J. Esquerda Radical. *In*: FERREIRA, A. R.; ROSAS, J. C. (org). **Ideologias Políticas Contemporâneas.** Coimbra: Almedina. 1 ed., 2014.

CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Rev. Inst. Estud. Bras.** n. 64, p.201-223, ago. 2016.

CASSAL, L. C. B.; BELLO, H. L; BICALHO, P. P. G. Enfrentamento à LGBTIfobia, Afirmação Ético-política e Regulamentação Profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, 2019.

CEZAR, J. M. O. O “anormal” de Foucault e os “corpos que (não) importam” de Butler: um debate a respeito das violências cometidas contra os sujeitos que estão fora das normas. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 25., 2020, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-SP, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1590676806_ARQUIVO_bea36d7145a73d4ff3582152506edcf8.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília: CFP; 2005

COSTA, F. A; PRADO, M. A. M. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal , v. 21, n. 2, p. 216-227, 2016.

COSTA, F. A; PRADO, M. A. M. Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, 2017.

COUTINHO, J. P. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

CRUZ, R. N da. **A produção social do conhecimento na Psicologia Social brasileira: um estudo descritivo/exploratório a partir da revista Psicologia & Sociedade**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CÚMPLICE. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cumplice/>>. Acesso em: 05/09/2021.

FAUSTO, R. **Caminhos da esquerda**: Elementos para uma reconstrução. São Paulo: Companhia das Letras. 1ed. 2017.

ROSAS, J. C. Mudanças e Permanências na Linguagem Ideológica Contemporânea. *In: FERREIRA, A. R.; ROSAS, J. C. (org). Ideologias Políticas Contemporâneas.* Coimbra: Almedina. 1 ed., 2014.

FREY, K. Análise de Políticas Públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, PPGSP/UFSC, n. 18, p. 1-36, set. 1999.

FURLAN, V. Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, p. 91-102, 2017 .

GALEANO, G. B.; GUARESCHI, N. M. F; SCISLESKI, A. C. C. Políticas de Pesquisa e Resistências em Tempos de Acirramento dos Processos de Violência. **Psicol. cienc. Prof.**, Brasília , v. 39, 2019.

HILÁRIO, L. C. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**: Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016

HUR, D. U. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, p. 69-90, 2012.

HUR, D. U.; LACERDA J, F. Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, p. 28-43, 2017a.

HUR, D.U.; LACERDA J, F. Psicologia e democracia: da ditadura civil-militar às lutas pela democratização do presente. **Psicologia: Ciência e Profissão**, p.3-10, 2017b.

JAPIASSU, H. **A psicologia dos psicólogos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

JARDIM, L. E. F. Psicologia Social e Pesquisa com Memória: Método e Reparação de Danos da Ditadura Civil-Militar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, p. 103-115, 2017 .

LACERDA, F. O Método em Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 28, p. 579-592, dez. 2013.

LIMA, A.; ALVARENGA FILHO, J. R. A Potência do Cuidado: uma Experiência no Sistema Prisional de Pernambuco. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 38, p. 117-130, 2018.

LIONÇO, T. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, p.208-223, 2017.

MARQUES, C. F et al . O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, 2019 .

MARTIN-BARÓ, I. Hacia uma psicologia política latino-americana. Tradução Fernando Lacerda. Psicologia política Latino-Americana. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 13, n. 28, p. 559-573, dez. 2013 .

MARTINS, E et al . Psicologia e Democracia em um Cenário de Cidade como Campo em Disputa. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 37, p. 224-238, 2017 .

MARTINS, E. C et al . Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, 2019 .

MENDONÇA, V. M. GRAFITES QUE (CONTRA)DIZEM: GÊNEROS E SEXUALIDADES NA POLIFONIA DA CENA URBANA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 32, 2020.

OLIVEIRA et al. Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2019 v. 39, p. 141-152, 2019.

RASERA, E. F. CONSTRUCIONISMO SOCIAL E TRABALHO COMUNITÁRIO: CONFLITO, DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 32, 2020 .

RIBEIRO, F. M.; GUZZO, R. S. L. Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 37, n. 2, p. 418-431, June 2017 .

RIOS, R. R et al . Laicidade e Conselho Federal de Psicologia: Dinâmica Institucional e Profissional em Perspectiva Jurídica. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 37, n. 1, p. 159-175, Jan. 2017 .

ROCHA, C. A. A. Skinner e Feyerabend sobre o Método e o Papel da Ciência em uma Sociedade Livre. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 3, p. 913-926, set. 2017.

SANTOS, L. S.; BEIRAS, A.; ENDERLE, C. M. Violência de Estado, Juventudes e Subjetividades: Experiências em uma Delegacia Especializada. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 38, p. 265-276, 2018.

SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. O PARADOXO DO ISOLAMENTO NA PANDEMIA SEGUNDO O POVO INDÍGENA SATERÉ-MAWÉ/AM. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 32, 2020.

SOUZA, J. M. A. de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 126, p.360-377, maio-ago, 2016.

SCRUTON, R. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v.37, p.172-185, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2017.

TAROUCO, G. S; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. Porto Alegre: **Revista Debates**, v. 7, n.2, p.93-114, maio-ago, 2013.

VASCONCELOS, F. G.; ALESSIO, R. L. S. Construções Identitárias de Psicólogos em NASF: Reflexões para a Prática Profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, 2019 .

VIEIRA, E. S et al . Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 39, 2019.

WEFFORT, F. C. (org.). **Os clássicos da Política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Edito Ática, 2.v. 2001.

MARQUES, L. R. Democracia Radical E Democracia Participativa: Contribuições Teóricas À Análise Da Democracia Na Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008.